



Faltou

→ Justificativa
IPGM

TERMO DE FOMENTO N° 54/2018

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES DE AREADO

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, solteiro, economista, portador do CPF nº 001.482.701-82, Carteira de Identidade nº MG- 14.758.083 SSP – MG residente e domiciliado nesta cidade e a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES DE AREADO, inscrito no CNPJ sob nº. 10.907.524/0001-14, com sede na Praça Arlindo Porto, 165, Areado - Distrito de Chumbo, no município de Patos de Minas, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela Presidente GISLENE APARECIDA AZEVEDO SILVA, nacionalidade brasileira, portadora do C.P.F nº 931.489.256-53, Carteira de Identidade nº MG-6.968-052 PC/MG, residente e domiciliada a Rua Marciano Mariano da Mota, 2.260, Distrito de Chumbo, no município de Patos de Minas, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.490/2017, Lei Orçamentária Anual nº 7.577/2017, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 7.578/2017, Decreto 4.366/2017 na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante ao processo administrativo nº 17.472 de 30/10/2018 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (Auxílio) para aquisição de materiais permanentes, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

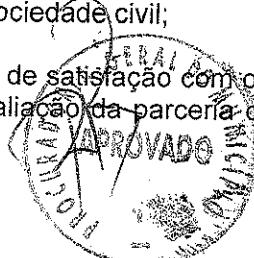
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do



Gilma M

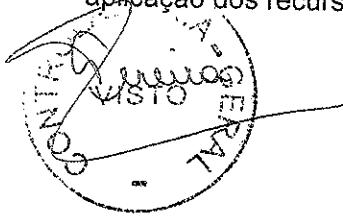


cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho; até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerce suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



gênero



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 2.100,00(dois mil e cem reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 2.100,00(dois mil e cem reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 01.08.02.00.08.244.0011.2.0055, UG 01.08.02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0011, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios Fonte: 01.0000.0000.0000 Recursos ordinários. (1.051)

O valor acima será pago em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na Conta Corrente nº 18.246-X, Agência nº 4669-8, – Banco do Brasil, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.



Elvira /



CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

IV - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

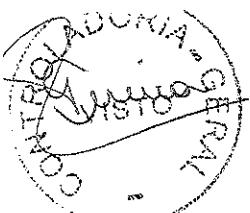
CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **30/06/2019**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.





CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

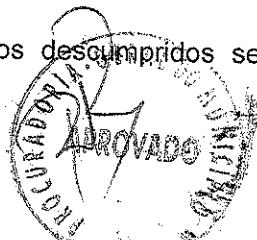
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

S. 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.





§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do resarcimento, nos termos da legislação vigente.



Jána
PR



8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



Silva



9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se propõha a fim igual



ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.



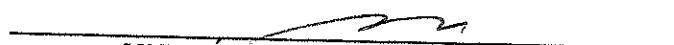


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patos de Minas, 07 de dezembro de 2018.


MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

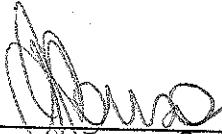
José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal


ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES DE AREADO
Gislene Aparecida Azevedo Silva

Testemunhas



Nome: _____
CPF: 016 027 904.18


Nome: _____
CPF: _____

Pollyana G. Silva Sousa
Gerente de Convênios
Matr. 21522



8 – QUINTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2018**PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS E EDITAIS DE COMARCAS****PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG.**

Extrato Do Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato N° 123/2018, Processo n° 90/2018, Modalidade: Inexigibilidade n° 09/2018, Processo n° 90/2018, Cresteameamento n° 02/2018. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, Contratado: Marília Yolanda Kayano, Objeto: Reforço à Processo de Seleção e Concedimento de Empresas Especializadas, Prestação de Serviços Médicos, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo-MG. Cláusula Primária: o contratado objeto da presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato n° 123/2018 de 01/12/2019 até 31/12/2019. Data: 13/12/2018, Paúl Rodrigues Rocha - Secretário Municipal de Fazenda.

3 cm -19 1177374 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA - MG –
Pregão Presencial nº 37/2018 - Objeto: Registro de preços para o eventual fornecimento de produtos químicos para tratamento de água, para atender à Secretaria Municipal de Água. Data de abertura: 07/09/2018, às 13:30 horas. Edital disponível no site: www.novatera.mg.gov.br ou Documento de Compras: Rua João Pinheiro, 91 – Centro, Nova Era, 18/12/2018, Laínia Maria Carneiro de Araújo – Pregoeira.

2 cm -19 1177165 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MÓDICA.
Edital de Processo Licitatório n° 078/2018, Objeto: Pregão Presencial nº 02/2018. Objeto: Aquisição de Materiais e Programa IGD SUAS. Abertura das envelopes em 04 de Janeiro de 2019 às 09:00h00min. O edital em seu íntero teor encontra-se à disposição de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min na Rua Damião Martins, 150, Centro, Nova Modica-MG. CEP: 35113-000, CPL: 19/12/2018.

2 cm -19 1177003 - J

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
Processo:11.497/2015
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO DE N° 4/2017 (PROCESSO:11.497/2015)
CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Paracatu e BH DIA GRAMATICA DE TEXTOS E PUBLICAÇÕES LTDA EPP
OBJETO: Pregão eletrônico do prazo de vigência: DATA: 28/10/2018. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 57, II da Lei 8.666/90, ASSINATURAS: Franck Holle Ramig, Consórcio entre Contratante e BH Gramatina de Textos e Publicações LTDA EPP pela Contratada.

3 cm -19 1177216 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
Processo:10/2016
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO DE N° 16/2017 (PROCESSO:8/2016)

CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Paracatu e Renan Henrique Silva Soárez CHIBITO - Pregoeiro do prazo de vigência: DATA: 14/12/2018. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 57, II da Lei 8.666/90, ASSINATURAS: Urbano Menz de Sá pela Contratante e Renan Henrique Silva Soárez pela Contratada.

3 cm -19 1177249 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU MINAS GERAIS
EXTRATO ATÉ DE REGISTRO DE PREÇO N°265/2018

CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Paracatu/MG e Projeto IDP Engenharia de Segurança do Trabalho Ltda EPP Artigo 15 da Lei 8.666/90/Decreto 4668/2014, PROCESSO: 123/2018. OBJETOS/contrato de empresa especializada na prestação de serviços em combate a pragas urbanas, desratização, desazinha, limpeza e desinsetização química de caixas, celulas e reservatórios d'água, juntas e rebocos externas de todos as unidades de Saúde. PREGÃO PRESENCIAL: DATA: 20/12/2018. VENCIMENTO: 20/12/2019. Datas das juntas: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, Valor: R\$ 47.290,00. Assinaturas: Júlio Balbino Aparecido Soares pela Prefeitura Municipal de Paracatu e Projeto IDP Engenharia de Segurança do Trabalho Ltda EPP para detentora da ata.

4 cm -19 1177230 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU MINAS GERAIS
EXTRATO CONTRATO N° 235/2018

CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Paracatu/MG e Construtora: MHD Eireli – 17/12/2018. FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e 10526/2002. PROCESSO: 12.79/2018. OBJETO: Tomada de Preços n°03/2018, para a contratação de empresa para a construção de Praça Pública no Bairro São José, no Município das Avenidas Benedito J.J. Anselmo e Tonete Hugo Lima. VENCIMENTO: 20/03/2019. VALOR: R\$ 48.824,00. ASSINATURAS: Edilson Goulart Filho pela contratante e Construtora MHD Eireli pela contratada.

3 cm -19 1177225 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO/MG –
Extrato do homologado o Contrato –Tomada de Preços n° 00/2018, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e reparo de ruas cimentadas do município constantes do centro histórico, calçadas em paralelepípedo, iluminação: 30/11/2018. Entidade Contratante: Contrato n° 22/2018; Balugat Ind. e Com. Aracel Med. e Construções LTDA EPP - CNPJ: 07.664.677/0001-17 - Valor: R\$ 29.824,00. Índio da vigência 19/12/2018 até 31/03/2019. Antônio Clávis Mauá Esteves – Prefeito Municipal.

2 cm -19 1177335 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO/MG –
Aviso de edital – Pregão Presencial nº 056/2018. Objeto: Registro de preços visando o fornecimento eventual e parcelado de gás de cozinha, gás de cunhava e cestas básicas. Sessão dia 09/01/2019 às 09h00min. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Vitti, nº 131 - Tel.: (35) 3371-5000. Edital no site <http://www.passequaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php>. Carlos Alberto de Moraes - Pregoeiro.

3 cm -19 1177339 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO/MG –
Extrato de certame deserto - Pregão Presencial nº 067/2018. Objeto: Registro de preços visando a contratação de laboratório de análises clínicas para realização de exames laboratoriais com base na tabela de preços do SUS, para atender os pacientes da rede municipal de saúde de Passa Quatro/MG. Sessão reafizada no dia 19/12/2018. Nenhuma empresa compareceu, sendo que o pregoeiro desfez o DISPÓRTO o certame. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Vitti, nº 131 - Tel.: (35) 3371-5000. Edital no site <http://www.passequaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php>. Carlos Alberto de Moraes - Pregoeiro.

3 cm -19 1177334 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO/MG –

Extrato de certame deserto - Pregão Presencial nº 067/2018. Objeto: Registro de preços visando a contratação de laboratório de análises clínicas para realização de exames laboratoriais com base na tabela de preços do SUS, para atender os pacientes da rede municipal de saúde de Passa Quatro/MG. Sessão reafizada no dia 19/12/2018. Nenhuma empresa compareceu, sendo que o pregoeiro desfez o DISPÓRTO o certame. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Vitti, nº 131 - Tel.: (35) 3371-5000. Edital no site <http://www.passequaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php>. Carlos Alberto de Moraes - Pregoeiro.

3 cm -19 1177339 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO/MG –

Extrato de certame deserto - Pregão Presencial nº 067/2018. Objeto: Registro de preços visando a contratação de laboratório de análises clínicas para realização de exames laboratoriais com base na tabela de preços do SUS, para atender os pacientes da rede municipal de saúde de Passa Quatro/MG. Sessão reafizada no dia 19/12/2018. Nenhuma empresa compareceu, sendo que o pregoeiro desfez o DISPÓRTO o certame. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Vitti, nº 131 - Tel.: (35) 3371-5000. Edital no site <http://www.passequaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php>. Carlos Alberto de Moraes - Pregoeiro.

3 cm -19 1177334 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO/MG –
– Aviso de edital - Pregão Presencial nº 095/2018. Objeto: Registro de preços visando a contratação de empresas para prestação de serviços eventuais e parcelado do recuperação de cilindros de gás medicinal. Sessão dia 09/01/2019 às 15h00min. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Vitti, nº 131, Tel.: (35) 3371-5000. Edital no site <http://www.passequaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php>. Carlos Alberto de Moraes - Pregoeiro

2 cm -19 1177341 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS/MG –
– EXTRATO 1º Aditivo ao Termo de Fomento 25/2018, Organização da Sociedade Civil: Ampro Europeus Noviluz. Objeto: Alteração na Cláusula Quarta, item 1.4.1. Ajustamento: 11/12/2018, 1º Apresentamento ao Termo de Colaboração 18/2018, Organização da Sociedade Civil: Ampro Europeus Noviluz. Objeto: Alterações no prazo de trabalho nos itens: 5.6 Equipe de Profissionais que não possuem o direito de Execução da Proposta. 7.1.1 Pessoal e encargos Sociais e 7.1.2 Pessoal do Serviço Pessoal Físico. Assinatura: 11/12/2018, 1º Apresentamento ao Termo de Fomento 18/2018, Organização da Sociedade Civil: Obras Sociais Europeias das Barreiras. Objeto: Alterações no prazo de trabalho nos itens: 5.6 Equipe de Profissionais que não possuem o direito de Execução da Proposta. Assinatura: 11/12/2018, Termo de Fomento 25/2018, Organização da Sociedade Civil: Associação dos Amigos da Igreja de Nossa Senhora das Dores de Azevedo. Objeto: 1º por objeto o repasse de recursos financeiros (Ajustado) para aquisição de materiais permanentes. Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cento reais). Vigência: 07/12/2018 a 30/06/2019. Revisão ao Termo de Fomento 25/2018, Organização da Sociedade Civil: Liga Patente de Desportos. Assinatura: 17/12/2018, 1º Aditivo ao Termo de Colaboração 01/2019, Organização da Sociedade Civil: Fundação Educacional de Patos de Minas – FEP. Objeto: Tem como objeto a inclusão de letra "c" no termo de colaboração no item 2.2. Assinatura: 30/11/2018. Pato de Minas 19 de dezembro de 2018. José Estácio Rodrigues Alves, Prefeito Municipal.

3 cm -19 1177362 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVÃO/MG –

REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO, Processo Licitatório nº 069/2018 – Pregão Presencial nº 053/2018. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material Metálico e Ferragens para atender as demandas do Município de Pavão/MG. Aferição: 08/01/2019 às 14:00 horas. Demais informações estão disponíveis no prédio da Prefeitura Municipal na Rua Getúlio Vargas, nº 123, Centro, CEP: 39.914-000, Pavão/MG, 19 de Dezembro de 2018 – Edilson Alves Martins – Pregoeiro.

3 cm -19 1177362 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVÃO/MG –

REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO, Processo Licitatório nº 069/2018 – Pregão Presencial nº 053/2018. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material Metálico e Ferragens para atender as demandas do Município de Pavão/MG. Aferição: 08/01/2019 às 14:00 horas. Demais informações estão disponíveis no prédio da Prefeitura Municipal na Rua Getúlio Vargas, nº 123, Centro, CEP: 39.914-000, Pavão/MG, 19 de Dezembro de 2018 – Edilson Alves Martins – Pregoeiro.

3 cm -19 1177362 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PECAMINA – MG –

Aviso de Licitação: Pregão Presencial nº 049/2018. Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de material de segurança contra incêndio e risco no Asilo Municipal. Ajustamento de preço passando a vigorar a partir de 21 de janeiro de 2019. Contratada: Lessa Engenharia Ltda, CNPJ: 08.736.950/0001-90. Publique-se. Wagner Mol Guimaraes (Pregoeiro).

2 cm -19 117749 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PECAMINA – MG –

REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO, Processo Licitatório nº 049/2018 – Pregão Presencial nº 049/2018. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material Metálico e Ferragens para atender as demandas do Município de Pecamina/MG. Aferição: 08/01/2019 às 14:00 horas. Demais informações estão disponíveis no prédio da Prefeitura Municipal na Rua Getúlio Vargas, nº 123, Centro, CEP: 39.914-000, Pavão/MG, 19 de Dezembro de 2018 – Edilson Alves Martins – Pregoeiro.

3 cm -19 1177362 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PECAMINA – MG –

REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO, Processo Licitatório nº 049/2018 – Pregão Presencial nº 049/2018. Objeto: Registro de preços para realização de pequenos eventos a pedido da Secretaria Municipal de Saúde do município de Pecamina/MG. Critério de Julgamento – Menor Preço por item. Data de Abertura 08/01/2019 às 09:00 horas. Local: Sede da Prefeitura. Edital completo no Site www.pecamina.mg.gov.br. Maisões Informações: Setor de Licitações – 0327-2527-2572.

4 cm -19 1177270 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG –

Extrato de Contrato, Processo Licitatório nº 010/2018, Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresas especializadas na confecção e fornecimento de roupa social, uniforme e materiais auxiliares da locação. Houve alteração na vigência do contrato. O edital completo é disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.poderdecompra.mt.gov.br>. Maisões Informações: Secretaria de Saúde da Prefeitura de Perdizes/MG – Prefeito Municipal de Perdizes MG, 28 de Novembro de 2018.

2 cm -19 1177270 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG –

Revisão de Licitação: Pregão Presencial nº 049/2018. Objeto: Aquisição de Equipamento de Son Profissional para realização de pequenos eventos a pedido da Secretaria Municipal de Saúde do município de Perdizes – MG para publicações em mídia impressa, blogs, sites, emissoras de rádio, compreendendo a captação, seleção, organização, avaliação, disponibilização digital em página de internet específicas e necessárias das mídias que envolvem as secretarias municipais além da consideração de monitamentos das redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube, Sítio Oficial do Município) e assessorias em eventos e veículos públicos, com as especificações constantes no ANEXO I, deste Edital. Contratada: Prefeitura Municipal de Perdizes – MG, no uso de suas atribuições legais, tendo o valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil Reais) mais dez centavos de Réis, a serem arrendadas pelo Poder Executivo pelo período de 01 (um) ano, conforme o disposto no art. 64, caput, da Lei nº 8.666/93, sob pena de cassar o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei. Perdizes/MG, 07 de dezembro de 2018. Vinícius de Figueiredo Barreto - Prefeito Municipal de Perdizes MG, 28 de Novembro de 2018.

3 cm -19 1177362 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG –

Prefeitura Municipal de Perdizes/MG, Extrato de Homologação, Pregão Presencial nº 069/2018, Processo Licitatório nº 225/2018. Objeto: Registro de Preços para a reforma do imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Assistência, Contratada: Construtora Lafer Lubr., CNPJ: 02.094.438/0001-47, Valor Global R\$ 1.792.618,36 (um milhão setecentos e noventa e dois milhão setecentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos). Publique-se. Wagner Mol Guimaraes (Pregoeiro).

2 cm -19 1177062 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA/MG –

Extrato de Aditamento de Prazo de Contrato, Processo Licitatório nº 107/17 Pregão nº 062/2017, Objeto: Obra: Obra de execução do projeto de segurança contra incêndio e risco no Asilo Municipal. Ajustamento de preço passando a vigorar a partir de 21 de janeiro de 2019. Contratada: Lessa Engenharia Ltda, CNPJ: 08.736.950/0001-90. Publique-se. Wagner Mol Guimaraes (Pregoeiro).

2 cm -19 1177048 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA/MG –

Extrato de Contrato, Processo Licitatório nº 22/2018 Pregão nº 136/2018, Objeto: Obra de Construção da Formiga de Minas e Bento Van Apa. Contratada: Construtora Russi Ltda, CNPJ: 25.380.980/0001-61, Valor Global R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais) mais dez centavos de Réis, e novena reais e trinta e seis centavos). Publique-se. Wagner Mol Guimaraes (Pregoeiro).

2 cm -19 1177048 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA/MG –

Extrato de Aditamento de Prazo de Contrato, Processo Licitatório nº 107/17 Pregão nº 062/2017, Objeto: Obra de reforma da Estrutura do Asilo de Idosos da Vila São José, 21, Centro, Edital e informações: (32) 3538-1136 ou pelo site www.poderdecompra.mt.gov.br. Presidente Bernardo/MG, 19/12/18. Jazon Haroldo Silva Almeida - Prefeito Municipal.

2 cm -19 1177052 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA/MG –

Proc. Licitatório nº. 01/19, Pregão nº. 01/19, Objeto: Aquisição de Materiais para Calçamento em Bloqueio em vias Públicas. Data: 10/01/2019 às 08:00. Local: Rua São José, 21, Centro, Edital e informações: (32) 3538-1136 ou pelo site www.poderdecompra.mt.gov.br. Presidente Bernardo/MG, 19/12/18. Jazon Haroldo Silva Almeida - Prefeito Municipal.

2 cm -19 1177254 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUJOAL/MG –

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 082/2018. Registro de Preços para aquisição de material de construção para a realização de extintores de incêndio, para substituição de extintores de incêndio, através da empresa BRUNO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI e COMERCIAL B & F LTDA - ME foram julgados irrisórios. As informações poderão ser obtidas na sala da CPL - Rio Casca, 19 de dezembro de 2018. Nathalie Isabela Kluri da Silva - Presidente da CPL.

2 cm -19 1177184 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ –

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 084/2018. O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICA e CONVALIDA a Inexigibilidade de Licitação nº 097/2018, Processo Interno nº 349/2018, para contratação de empresa para aquisição de material de construção para a realização de extintores de incêndio, para substituição de extintores de incêndio, e grifado para a utilização em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Cultura - SEJUC, através da empresa PROTEGE SEGURANÇA DESARMADA LTDA - CNPJ: 26.238.785/0001-73, no valor total de R\$128.600,00; tudo conforme ata de julgamento. Pirapora/MG, 18/12/2018 – Marcella Machado Ribeiro Fonseca - Prefeita Municipal.

3 cm -19 1177307 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ –

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 086/2018. O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICA e CONVALIDA a Inexigibilidade de Licitação nº 097/2018, Processo Interno nº 344/2018, para Contratação de empresa para assistência de revisão de veículos. Vila Brasilândia, 19 de dezembro de 2018. (a) Hélio César Rodrigues de Resende, Secretário Municipal de Administração.

4 cm -19 1177311 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ –

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 088/2018. O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICA e CONVALIDA a Inexigibilidade de Licitação nº 097/2018, Processo Interno nº 344/2018, para Contratação de empresa para assistência de revisão de veículos. Vila Brasilândia, 19 de dezembro de 2018. (a) Hélio César Rodrigues de Resende, Secretário Municipal de Administração.

3 cm -19 1177307 - 1